STJ00109732

2020

CÉSAR FIUZA

DIREITO CIVIL

cursocompleto

21ª edição revista, atualizada e ampliada

atualizado com

- Lei [illegible] Lei que amplia as hipóteses de perda do poder familiar
- [illegible] Lei sobre o regime [illegible] da multipropriedade
- Lei [illegible] 13.874/19 Lei da Liberdade Econômica
- Lei [illegible] 13.[illegible] Lei da Filiação

editora D'PLÁCIDO

STJ00109732

editora D'PLÁCIDO

Belo Horizonte
Av. Brasil, 1843,
Savassi, Belo Horizonte, MG
Tel.: 31 3261 2801
CEP 30140-007

São Paulo
Av. Paulista, 2444,
8º andar, cj 82
Bela Vista – São Paulo, SP
CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2019, D'Plácido Editora.
Copyright © 2019, César Fluza.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Editor Chefe Plácido Arraes

Editor Tales Leon de Marco

Produtora Editorial Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico Letícia Robini

Diagramação Letícia Robini

1166404

Catalogação na Publicação (CIP)

Fluza, César
F565 Direito civil : curso completo / César Fluza. - 21. ed. -- Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2020.
1466 p.

ISBN 978-65-5059-082-6

1. Direito. 2. Direito Civil. I. Título.

CDDir: 342.1

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

GRUPO D'PLÁCIDO | editora D'PLÁCIDO | Rodapé | VORTO | livraria D'PLÁCIDO

STJ00109732

SUMÁRIO

CAPÍTULO I
INTRODUÇÃO 23

1. Conceito de Direito ... 23
1.1. Definição etimológica de Direito ... 26
1.2. Definição semântica de Direito ... 26
2. Instrumentos de controle social ... 28
2.1. Direito e religião ... 28
2.2. Direito e moral ... 29
2.3. Direito e regras de trato social ... 31
3. Direito e justiça ... 32
3.1. Critérios formais ... 34
3.2. Critérios materiais ... 35
4. Acepções do Direito ... 37
4.1. Direito objetivo e subjetivo ... 37
4.1.1. Estrutura dos direitos subjetivos ... 39
4.1.2. Função dos direitos subjetivos ... 40
4.1.3. Classificação dos direitos subjetivos ... 41
4.2. Direito natural e direito positivo ... 43
4.3. Divisões do direito positivo ... 45
4.4. Unidade do direito privado ... 48

CAPÍTULO II
O DIREITO CIVIL NO SISTEMA JURÍDICO ROMANO-GERMÂNICO 53

1. Generalidades ... 53
2. Direito romano ... 62
2.1. Introdução ... 62
2.2. Realeza (753 a.C. a 510 a.C.) ... 62
2.3. República (510 a.C. a 27 a.C.) ... 69
2.4. Alto Império (27 a.C. a 284 d.C.) ... 80
2.5. Baixo Império (284 d.C. a 565 d.C.) ... 84
2.6. Período bizantino (565 a 1453) ... 88
3. Alta Idade Média (476 a 1100) ... 88
4. Baixa Idade Média (1100 a 1453) ... 92
5. Idade Moderna (1453 a 1789) ... 94
6. Idade Contemporânea (de 1789 a nossos dias) ... 96
7. Direito Brasileiro ... 98

CAPÍTULO III
LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO: EFICÁCIA, CONFLITO E INTERPRETAÇÃO DAS LEIS 105

1. Classificação das leis ... 105

STJ00109732

1.1. Classificação das leis segundo a hierarquia 105
1.2. Classificação das leis segundo sua extensão territorial 106
1.3. Classificação das leis segundo sua força obrigatória 106
1.4. Classificação das leis segundo sua natureza 107
1.5. Classificação das leis segundo seu conteúdo 108
1.6. Classificação das leis segundo a intensidade da sanção 108
2. Eficácia das leis 109
2.1. Início de vigência das leis 109
2.2. Conflito de leis no tempo 113
2.3. Conflito de leis no espaço 114
3. Interpretação das leis 115
3.1. Introdução 115
3.2. Interpretação no direito civil 118
3.2.1. Introdução 118
3.2.2. Crise das instituições 119
3.2.3. Crise da sistematização 122
3.2.4. Crise da interpretação: da Escola da Exegese às teorias da argumentação 125
3.2.5. A funcionalização do Direito Civil 143
3.2.6. A constitucionalização do direito civil 144
3.2.7. A liberdade econômica 151

CAPÍTULO IV
PESSOAS *155*

1. Personalidade: generalidades e pessoas naturais 156
2. Nascituro 158
3. Capacidade 163
3.1. Interdição 176
3.2. Emancipação 179
3.3. Crítica à crítica da teoria das incapacidades 180
4. Ausência 182
5. Nome da pessoa natural 185
6. Estado 188
7. Pessoas jurídicas 190
7.1. Histórico 190
7.2. Definição 193
7.3. Natureza jurídica 193
7.4. Características 195
7.5. Classificação 196
7.6. Registro das pessoas jurídicas 203
7.7. Nome das pessoas jurídicas 203
7.8. Teoria da desconsideração da personalidade jurídica 204
7.9. Função social das pessoas jurídicas 210
8. Fundações 211
8.1. Definição 211
8.2. Criação 211
8.3. Observações 212
9. Sujeitos de direitos sem personalidade 213
9.1. Casos de fácil solução ou de aparente aplicação da teoria dos sujeitos não personificados 214
9.2. Casos de aplicação efetiva da teoria dos sujeitos não personificados 216
9.3. A família 217
10. Registro civil 218
11. Domicílio e residência 219

CAPÍTULO V
DIREITOS DA PERSONALIDADE *223*

1. Histórico 223

2. Natureza jurídica 225
3. Características 227
4. Classificação 228
5. Fontes 228
6. Tratamento legal 229
7. Direitos da personalidade e pessoas jurídicas 234
8. Direitos da personalidade no sistema brasileiro 236

CAPÍTULO VI
COISAS E BENS *239*

1. Definição 239
2. Classificação 240
   2.1. Primeira Classe – Bens considerados em si mesmos 240
   2.2. Segunda Classe – Bens reciprocamente considerados 250
   2.3. Terceira Classe – Bens considerados em relação às pessoas 253
   2.4. Quarta Classe – Bens considerados em relação a sua comerciabilidade 255
3. Patrimônio 259

CAPÍTULO VII
FATO JURÍDICO, ATO E NEGÓCIO JURÍDICO *261*

1. Definições 261
   1.1. Fato jurídico 261
   1.2. Ato jurídico 263
   1.3. Ato jurídico em sentido estrito 263
   1.4. Negócio jurídico 264
   1.5. Ato-fato jurídico 265
   1.6. Ato ilícito 266
2. O ocaso dos negócios jurídicos – Crise e superação 268
3. Atos jurídicos 272
   3.1. Planos dos atos jurídicos 272
   3.2. Principiologia dos atos jurídicos 276
   3.3. Classificação dos atos jurídicos 279
   3.4. Elementos dos atos jurídicos 283
   3.5. Condição, termo e encargo 284
   3.6. Forma dos atos jurídicos 293
   3.7. Causa e motivo dos atos jurídicos 294
   3.8. Prova dos fatos/atos jurídicos 295
   3.9. Defeitos dos atos jurídicos 313
   3.10. Invalidade dos atos jurídicos (Plano da validade) 338
   3.11. Crítica à teoria clássica das nulidades 351
   3.12. Atos jurídicos ineficazes (Plano da eficácia) 356
   3.13. Atos jurídicos inexistentes (Plano da existência) 357
   3.14. Conservação dos atos jurídicos 359
   3.15. Interpretação e integração dos atos jurídicos 360
   3.16. Atos jurídicos e representação 362
4. Atos ilícitos 366
   4.1. Atos ilícitos em sentido estrito (a cláusula geral do art. 186) 366
   4.2. Abuso de direito 369
   4.3. Enriquecimento ilícito 378
5. Situações e relações jurídicas 385
   5.1. Definição 385
   5.2. Espécies 387
   5.3. Nascimento e extinção das relações jurídicas – prescrição e decadência 388
   5.4. Função social das relações jurídicas 409
6. Responsabilidade civil 410
   6.1. Introdução 410

6.2. Definição ... 410
6.3. Classificação ... 411
6.3.1. Responsabilidade por atos ou fatos lícitos ... 411
6.3.2. Responsabilidade por atos ilícitos ... 411
6.3.3. Responsabilidade contratual ... 412
6.3.4. Responsabilidade extracontratual ... 412
6.3.5. Responsabilidade com dano e sem dano, com culpa e sem culpa ... 414
6.3.6. Responsabilidade por fato próprio e por fato de outrem ... 415
6.3.7. Responsabilidade por fato de coisa ... 416
6.4. O destino da responsabilidade por atos ilícitos ... 416

CAPÍTULO VIII TEORIA GERAL DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES 419

1. Definição de obrigação ... 419
2. Essência das obrigações ... 422
3. Estrutura das obrigações ... 428
4. Ideia e posição do Direito das Obrigações perante o Direito Civil ... 429
5. Conteúdo da prestação obrigacional ... 430
6. Fontes das obrigações ... 432
7. Escorço histórico ... 434
8. Principiologia do Direito das Obrigações ... 438
8.1. Principiologia clássica do Direito das Obrigações ... 439
8.1.1. Princípio da autonomia da vontade ... 440
8.1.2. Princípio da justiça das relações obrigacionais ... 442
8.1.3. Princípio do neminem laedere ... 442
8.1.4. Princípio res perit domino ... 443
8.2. Nova principiologia do Direito obrigacional ... 443
8.2.1. Princípio da dignidade humana ... 444
8.2.2. Princípio da função social ... 445
8.2.3. Princípio da autonomia privada ... 447
8.2.4. Princípio da boa-fé ... 448
8.2.5. Princípio da justiça nas relações creditícias ... 452
8.2.6. Princípio do enriquecimento sem causa ... 453
8.2.7. Princípio da reparação integral ... 453
8.2.8. Princípio da aparência ... 454
8.2.9. Princípio da eticidade ... 454
8.2.10. Princípio da operabilidade ... 454
8.2.11. Princípio da socialidade ... 454
9. Classificação das obrigações ... 455
9.1. Quanto às fontes: contratuais e extracontratuais ... 455
9.2. Quanto à estrutura ... 455
9.3. Quanto ao objetivo visado: de resultado, de meios e de garantia ... 478
9.4. Obrigações reciprocamente consideradas: principais e acessórias ... 479
9.5. Quanto ao pagamento ... 480
10. Efeito desejável das obrigações: pagamento ... 491
10.1. Definição ... 491
10.2. Natureza jurídica ... 492
10.3. Condições de validade do pagamento ... 493
10.4. Regramento dogmático ... 494
10.5. Pagamentos especiais ... 504
10.6. Pagamento indevido ... 512
11. Transmissão das obrigações ... 515
11.1. Cessão de crédito ... 516
11.2. Assunção de dívida ... 518

11.3. Endosso e tradição manual do título 521
12. Efeito indesejável das obrigações: inadimplemento 522
12.1. Inadimplemento remediável: mora 522
12.1.1. Mora do devedor 523
12.1.2. Mora do credor 526
12.1.3. Purga da mora 526
12.1.4. Cessação da mora 527
12.2. Inadimplemento propriamente dito ou definitivo 527
13. Execução coativa 531
14. Extinção das obrigações 532
14.1. Pagamento 532
14.2. Inadimplemento 532
14.3. Inviabilidade do objeto 532
14.4. Decurso do prazo 532
14.5. Implemento da condição resolutiva 533
14.6. Incapacidade superveniente 533
14.7. Morte 533
14.8. Vontade do(s) agente(s): distrato e renúncia 533
14.9. Invalidade 533
14.10. Prescrição 534
14.11. Onerosidade excessiva 534
14.12. Novação 534
14.13. Compensação 538
14.14. Confusão 540
14.15. Remissão 541

CAPÍTULO IX
FONTES DAS OBRIGAÇÕES: CONTRATOS: TEORIA GERAL DO DIREITO CONTRATUAL *543*

1. Noção de contrato 543
2. Definição de contrato 544
3. Evolução histórica 545
4. Funções dos contratos 567
5. Requisitos de existência, de validade e de eficácia dos contratos 569
5.1. Requisitos subjetivos 569
5.2. Requisitos objetivos 572
5.3. Requisitos formais 574
6. Causa, motivo e fim dos contratos 575
7. Princípios informadores 576
7.1. Principiologia clássica do direito contratual 578
7.1.1. Princípio da autonomia da vontade 578
7.1.1.1. Princípio da obrigatoriedade contratual 578
7.1.1.2. Princípio do consensualismo 580
7.1.1.3. Princípio da liberdade de contratar 580
7.1.1.4. Princípio da liberdade contratual 580
7.1.1.5. Princípio da relatividade contratual 580
7.1.1.6. Princípio da imutabilidade ou da intangibilidade 581
7.1.1.7. Princípio da irretratabilidade 581
7.1.2. Princípio do neminem laedere 581
7.1.3. Princípio da justiça contratual 581
7.2. Nova principiologia do direito contratual 582
7.2.1. Introdução 582
7.2.2. Nova principiologia 583
8. Intervenção do Estado na economia contratual 598
8.1. Introdução 598
8.2. Fundamentos da intervenção do Estado 598
8.3. Esferas de intervenção 599
8.4. Revisão dos contratos 600
9. Cláusulas abusivas e conduta abusiva 620
10. Interpretação dos contratos 626

11. Formação dos contratos 631
11.1. Negociações preliminares 632
11.2. Proposta 634
11.3. Aceitação 637
12. Contrato preliminar 638
13. Cláusula penal 641
14. Arras 644
15. Vícios redibitórios 648
16. Evicção 653
17. Estipulação em favor de terceiro 655
18. Promessa de fato de terceiro 657
19. Classificação dos contratos 658
19.1. Quanto à tipificação legal 658
19.2. Quanto às características ontológicas 658
19.3. Quanto à denominação 659
19.4. Quanto à forma 659
19.5. Quanto à reciprocidade das prestações 660
19.6. Quanto às obrigações das partes 660
19.7. Quanto à previsibilidade das prestações 663
19.8. Quanto ao momento da execução 664
19.9. Quanto à amplitude do vínculo 664
19.10. Quanto à negociabilidade 665
19.11. Quanto ao conteúdo fiduciário 672
19.12. Quanto ao grau de interdependência 673
20. Cessão da posição contratual 674
21. Extinção dos contratos 675

CAPÍTULO X
FONTES DAS OBRIGAÇÕES: CONTRATOS TIPIFICADOS NO CÓDIGO CIVIL *687*

1. Contrato de compra e venda 687
1.1. Definição 687
1.2. Partes 687
1.3. Efeitos 687
1.4. Caracteres jurídicos 689
1.5. Elementos 690
1.6. Requisitos subjetivos 691
1.7. Requisitos objetivos 693
1.8. Requisitos formais 694
1.9. Obrigações do vendedor 694
1.10. Obrigações do comprador 694
1.11. Cláusulas especiais 695
2. Contrato de troca 700
2.1. Definição 700
2.2. Observações gerais 700
3. Contrato estimatório 700
3.1. Definição 700
3.2. Partes 701
3.3. Caracteres jurídicos 701
3.4. Requisitos subjetivos 702
3.5. Requisitos objetivos 702
3.6. Requisitos formais 702
3.7. Prazo 702
3.8. Obrigações do consignatário 702
3.9. Obrigações do consignante 703
4. Contrato de doação 703
4.1. Definição 703
4.2. Partes 703
4.3. Natureza jurídica 703
4.4. Caracteres jurídicos 704
4.5. Elementos 705
4.6. Requisitos subjetivos 706
4.7. Requisitos objetivos 708
4.8. Requisitos formais 709
4.9. Classificação 709

STJ00109732

4.10. Promessa de doação ... 712
4.11. Efeitos ... 712
4.12. Invalidade da doação ... 714
4.13. Revogação da doação ... 715
5. Contrato de locação ... 716
5.1. Locação de coisas ... 719
6. Contrato de empréstimo ... 738
6.1. Comodato ... 738
6.2. Mútuo ... 742
7. Contrato de prestação de serviço ... 747
7.1. Definição ... 747
7.2. Partes ... 749
7.3. Caracteres jurídicos ... 749
7.4. Requisitos subjetivos ... 750
7.5. Requisitos objetivos ... 750
7.6. Requisitos formais ... 751
7.7. Elementos ... 751
7.8. Preço ... 751
7.9. Prazo ... 751
7.10. Obrigações do prestador ... 752
7.11. Obrigações do tomador ... 752
7.12. Extinção do contrato ... 752
8. Contrato de empreitada ... 754
8.1. Definição ... 754
8.2. Partes ... 754
8.3. Elementos essenciais ... 754
8.4. Preço ... 755
8.5. Caracteres jurídicos ... 755
8.6. Diferenças entre empreitada e prestação de serviço ... 757
8.7. Requisitos subjetivos ... 758
8.8. Requisitos objetivos ... 758
8.9. Requisitos formais ... 759
8.10. Obrigações do empreiteiro ... 759
8.11. Obrigações do empreitante ... 760
8.12. Riscos ... 760
8.13. Extinção do contrato ... 761
9. Contrato de depósito ... 761
9.1. Definição ... 761
9.2. Partes ... 761
9.3. Caracteres jurídicos ... 762
9.4. Requisitos subjetivos ... 763
9.5. Requisitos objetivos ... 763
9.6. Requisitos formais ... 763
9.7. Prazo ... 763
9.8. Espécies ... 764
9.9. Depósito de mercadorias em armazéns-gerais ... 765
9.10. Obrigações do depositante ... 766
9.11. Obrigações do depositário ... 767
9.12. Riscos ... 772
9.13. Extinção do contrato ... 772
9.14. Depósito necessário ... 773
10. Contrato de mandato ... 776
10.1. Generalidades ... 776
10.2. Definição ... 778
10.3. Partes ... 779
10.4. Caracteres jurídicos ... 779
10.5. Requisitos subjetivos ... 780
10.6. Requisitos objetivos ... 780
10.7. Requisitos formais ... 780
10.8. Aceitação ... 783
10.9. Classificação ... 783
10.10. Obrigações do mandatário ... 783
10.11. Obrigações do mandante ... 785
10.12. Extinção do mandato ... 788

10.13. Mandato judicial ... 791
11. Contrato de comissão ... 792
11.1. Definição ... 792
11.2. Partes ... 793
11.3. Caracteres jurídicos ... 793
11.4. Requisitos de validade ... 794
11.5. Obrigações das partes ... 794
12. Contrato de agência e distribuição ... 795
12.1. Definição ... 795
12.2. Partes ... 795
12.3. Caracteres jurídicos ... 796
12.4. Requisitos de validade ... 797
12.5. Obrigações do agente ... 797
12.6. Obrigações do preponente ... 797
12.7. Extinção do contrato ... 798
13. Contrato de corretagem ... 798
13.1. Definição ... 798
13.2. Partes ... 798
13.3. Espécies ... 798
13.4. Caracteres jurídicos ... 799
13.5. Requisitos de validade ... 800
13.6. Obrigações do corretor ... 801
13.7. Obrigações do comitente ... 801
13.8. Extinção do contrato ... 802
14. Contrato de transporte ... 802
14.1. Definição ... 802
14.2. Partes ... 802
14.3. Objeto ... 802
14.4. Caracteres jurídicos ... 802
14.5. Requisitos de validade ... 803
14.6. Espécies ... 804
14.7. Transporte de pessoas ... 804
14.8. Transporte de coisas ... 806
15. Contrato de seguro ... 809
15.1. Definição ... 809
15.2. Caracteres jurídicos ... 809
15.3. Requisitos subjetivos ... 810
15.4. Requisitos objetivos ... 811
15.5. Requisitos formais ... 812
15.6. Obrigações do segurado ... 813
15.7. Obrigações do segurador ... 814
15.8. Acumulação de seguros ou seguro cumulativo ... 815
15.9. Espécies de seguro ... 816
16. Contrato de constituição de renda ... 816
16.1. Definição ... 816
16.2. Partes ... 817
16.3. Caracteres jurídicos ... 817
16.4. Sujeitos ... 818
16.5. Prestações ... 818
16.6. Extinção do contrato ... 819
17. Contrato de jogo e aposta ... 819
17.1. Definições ... 820
17.2. Espécies ... 820
17.3. Efeitos civis do jogo tolerado e proibido ... 820
18. Contrato de fiança ... 821
18.1. Definição ... 821
18.2. Caracteres jurídicos ... 822
18.3. Requisitos subjetivos ... 822
18.4. Requisitos objetivos ... 823
18.5. Requisitos formais ... 823
18.6. Regras especiais ... 823
18.7. Efeitos ... 824
18.8. Extinção da fiança ... 825
18.9. Diferenças entre fiança e aval ... 826
19. Transação ... 826

STJ00109732

19.1. Definição ... 826
19.2. Características ... 827
19.3. Natureza jurídica ... 827
19.4. Requisitos ... 827
19.5. Efeitos ... 828
20. Compromisso ... 828
20.1. Definição ... 828
20.2. Espécies ... 828
20.3. Requisitos de validade ... 828
21. Contrato de sociedade ... 830
21.1. Definição ... 830
21.2. Natureza jurídica ... 830
21.3. Diferenças entre sociedade e condomínio (comunhão) ... 831
21.4. Elementos do contrato de sociedade ... 832
21.5. Requisitos de validade contratual ... 832
21.6. Conteúdo do contrato social ... 834
21.7. Classificação ... 834
21.8. Sócios ... 839
21.9. Gerência ... 843
21.10. Prazo ... 846
21.11. Cessão de quotas e associação de terceiros ... 846
21.12. Extinção ... 846
21.13. Tipos ... 849
22. Associações ... 856
22.1. Definição ... 856
22.2. Natureza jurídica ... 856
22.3. Diferenças entre associação, sociedade e condomínio ... 857
22.4. Objeto ... 857
22.5. Nome ... 858
22.6. Constituição ... 858
22.7. Direitos e deveres dos associados ... 859
22.8. Administração ... 860
22.9. Extinção ... 860
23. Diferenças terminológicas ... 862

CAPÍTULO XI
FONTES DAS OBRIGAÇÕES: CONTRATOS NÃO TIPIFICADOS NO CÓDIGO CIVIL 863

1. Contrato de parceria rural ... 863
1.1. Definição ... 863
1.2. Caracteres jurídicos ... 863
1.3. Pontos comuns com outros contratos ... 864
1.4. Partes ... 864
1.5. Espécies ... 865
2. Contrato de edição ... 866
2.1. Definição ... 866
2.2. Tutela legal ... 867
2.3. Partes ... 867
2.4. Caracteres jurídicos ... 867
2.5. Outras características ... 868
2.6. Requisitos subjetivos ... 868
2.7. Requisitos objetivos ... 868
2.8. Requisitos formais ... 868
2.9. Obrigações do autor ... 868
2.10. Obrigações do editor ... 868
2.11. Extinção ... 869
3. Contrato de representação dramática ... 869
3.1. Definição ... 869
3.2. Partes ... 870
3.3. Tutela legal ... 870
3.4. Caracteres jurídicos ... 870
3.5. Requisitos subjetivos ... 871
3.6. Requisitos objetivos ... 871
3.7. Requisitos formais ... 871

3.8. Obrigações do autor 871
3.9. Obrigações do empresário 871
3.10. Regra especial 871
3.11. Extinção 871
4. Contrato de franquia 872
4.1. Definição 872
4.2. Partes 872
4.3. Caracteres jurídicos 872
4.4. Formação e extinção do contrato 873
5. Contrato de concessão mercantil 873
5.1. Definição 873
5.2. Partes 873
5.3. Caracteres jurídicos 874
5.4. Requisitos de validade 874
5.5. Prazo 875
5.6. Direitos e deveres do concedente 875
5.7. Direitos e deveres do concessionário 875
5.8. Extinção do contrato 876
6. Contratos fiduciários 876
6.1. Introdução 876
6.2. Contratos fiduciários em espécie 877
6.2.1. Contratos fiduciários de garantia 878
6.2.2. Contratos fiduciários de administração 881
7. Contrato de conta corrente 886
7.1. Definição 886
7.2. Partes 886
7.3. Caracteres jurídicos 887
7.4. Requisitos de validade 887
7.5. Efeitos da conta corrente 888
7.6. Extinção 888
8. Contratos bancários 888
8.1. Generalidades 888
8.2. Operações passivas 889
8.3. Operações ativas 890
8.4. Outras operações bancárias 892
9. Contrato de capitalização 894
9.1. Definição 894
9.2. Partes 895
9.3. Tutela legal 895
9.4. Natureza jurídica 895
9.5. Relações com outros contratos 895
9.6. Caracteres jurídicos 896
9.7. Sociedades de capitalização 896
9.8. Título de capitalização 897
10. Contrato de *joint venture* *897*
11. Contrato de arrendamento mercantil ou *leasing* *897*
11.1. Definição 897
11.2. Partes 898
11.3. Tutela legal 898
11.4. Caracteres jurídicos 898
11.5. Requisitos de validade 899
11.6. Modalidades 899
12. Contrato de *know-how* *900*
12.1. Definição 900
12.2. Partes 900
12.3. Caracteres jurídicos 900
12.4. Natureza jurídica 901
12.5. Requisitos de validade 901
12.6. Obrigações das partes 901
12.7. Extinção do contrato 902
13. Contrato de *engeneering* *902*
14. Contrato de *hedge* *902*
15. Contrato de faturização ou *factoring* *904*
15.1. Definição 904

STJ00109732

15.2. Caracteres jurídicos 906
15.3. Requisitos de validade 906
15.4. Extinção do contrato 907
16. Contrato de cartões de crédito 907
16.1. Definição 907
16.2. Caracteres jurídicos 908
16.3. Requisitos de validade 909
16.4. Espécies de cartão de crédito 909
16.5. Obrigações das partes 910
16.6. Extinção do contrato 910
17. Contrato de *shopping centers* *911*
17.1. Definição 911
17.2. Partes 911
17.3. Características do contrato de shopping center 911
18. Contrato de consórcio 912
18.1. Definição 912
18.2. Tutela legal 914
18.3. Requisitos de validade 914
18.4. Efeitos 914
18.5. Outras espécies de consórcio 917

CAPÍTULO XII
FONTES DAS OBRIGAÇÕES: ATOS UNILATERAIS *919*

1. Promessa de recompensa 921
2. Gestão de negócios 923
2.1. Definição 923
2.2. Partes 923
2.3. Natureza jurídica 923
2.4. Elementos 926
2.5. Obrigações do gestor 927
2.6. Obrigações do dono do negócio 927
2.7. Aprovação 928
2.8. Casos afins 928
2.9. Gestão imprópria 928
3. Pagamento indevido 928

CAPÍTULO XIII
FONTES DAS OBRIGAÇÕES: ATOS ILÍCITOS *939*

1. Generalidades e definição 939
2. Elementos do ato ilícito 943
2.1. Análise dos elementos do ato ilícito civil 944
2.2. Ação indenizatória 960
3. Responsabilidade por *fato de outrem* *963*
4. Responsabilidade por fato de coisa 965
5. Teorias subjetiva e objetiva da responsabilidade civil 965
6. Responsabilidade civil do estado 972
6.1. Definição 972
6.2. Evolução histórica 972
6.3. Fundamento doutrinário 972
6.4. Consequências 973
6.5. Disposições legais: art. 37, § 6.º, da CF 973
7. Diferenças entre algumas espécies de ilícitos (civil, penal, administrativo) 974
8. Abuso de direito 976
9. Enriquecimento ilícito 986

CAPÍTULO XIV
LIQUIDAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES: CONCURSO DE CREDORES *995*

1. Generalidades 995
2. Processo 995
3. Concordata civil 998
4. Saldo devedor da execução 998
5. Extinção das obrigações 998

CAPÍTULO XV
DIREITO DAS COISAS: INTRODUÇÃO. PROPRIEDADE 999

1. Introdução ao estudo do direito das coisas 999
2. Propriedade 1005
   2.1. Definição 1005
   2.2. História, sociologia e política da propriedade 1008
   2.3. Fundamento da propriedade 1011
   2.4. Elementos da propriedade 1013
   2.5. Atributos da propriedade 1016
   2.6. Função social da propriedade 1017
   2.7. Classificação 1021
   2.8. Extensão da propriedade 1024
   2.9. Restrições à propriedade 1025
   2.10. Proteção específica da propriedade 1027
   2.11. Domínio público 1027
   2.12. Aquisição ou constituição da propriedade 1032
   2.13. Propriedade imóvel 1034
   2.14. Propriedade móvel 1075
   2.15. Condomínio 1083
   2.16. Multipropriedade 1099
   2.17. Incorporações 1107
   2.18. Propriedade resolúvel 1108
   2.19. Propriedade fiduciária 1111
      2.19.1. Propriedade fiduciária com escopo de administração 1112
      2.19.2. Propriedade fiduciária com escopo de garantia 1116
   2.20. Perda ou cessação da propriedade móvel e imóvel 1126

CAPÍTULO XVI
DIREITO DAS COISAS: POSSE 1135

1. Definição 1135
2. Natureza jurídica da posse 1144
3. Objeto jurídico da posse 1147
4. Classificação da posse 1147
   4.1. Posse direta e indireta 1147
   4.2. Posse justa e injusta 1148
   4.3. Posse de boa-fé e de má-fé 1150
   4.4. Posse com justo título e posse com título justo 1151
   4.5. Posse ad interdicta 1151
   4.6. Posse ad usucapionem 1151
5. Aquisição ou constituição da posse 1152
6. Composse 1157
7. Efeitos da posse 1158
8. Proteção possessória 1162
   8.1. Observações preliminares 1162
   8.2. Fundamento da proteção possessória 1163
   8.3. Atentados contra a posse 1164
   8.4. Objeto dos atentados 1164
   8.5. Instrumentos de proteção possessória 1165
9. Função social da posse 1175
10. Perda ou cessação da posse 1176
   10.1. Perda ou cessação da posse das coisas 1176
   10.2. Perda ou cessação da posse dos direitos 1179

CAPÍTULO XVII
DIREITO DAS COISAS: DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS 1181

1. Introdução 1181
2. Direitos reais de uso e fruição 1181
   2.1. Direito real de enfiteuse 1182
   2.2. Direito real de servidão 1186
   2.3. Usufruto 1191
   2.4. Uso, habitação e direitos reais sociais 1196

2.5. Direito real de superfície 1199
2.6. Direito real de laje 1207
2.7. Direito real de uso do locatário 1219
3. Direitos reais de aquisição 1220
3.1. Promessa irretratável de compra e venda de imóvel 1220
3.2. Retrovenda 1221
3.3. Direito de remancipação do devedor fiduciante 1221
3.4. Direito de preferência do locatário, do condômino, do superficiário, do enfiteuta, do ocupante de imóvel da União 1222
4. Direitos reais de garantia 1223
4.1. Teoria geral dos direitos reais de garantia 1223
4.2. Direitos reais de garantia em espécie 1227

CAPÍTULO XVIII
OBRA INTELECTUAL 1245

1. Natureza jurídica e definição 1245
2. Tutela legal 1247
3. Direitos do autor 1247
3.1. Direitos patrimoniais do autor 1247
3.2. Direitos morais do autor 1248
3.3. Duração dos direitos patrimoniais do autor 1248
3.4. Limitações aos direitos autorais 1249
3.5. Cessão dos direitos de autor 1250
3.6. Violação dos direitos de autor 1250
4. Registro das obras intelectuais 1251
5. Obra intelectual na informática 1251

CAPÍTULO XIX
DIREITO DE FAMÍLIA 1255

1. Introdução 1255
2. Principiologia do Direito de Família 1260
2.1. Nota preliminar 1260
2.2. Princípio da dignidade humana 1260
2.3. Princípio da função social da família 1261
2.4. Princípio do pluralismo 1261
2.5. Princípio da solidariedade 1262
2.6. Princípio da proteção especial 1262
2.7. Princípio da igualdade 1263
2.8. Princípio da dissolubilidade do vínculo 1266
2.9. Princípio da afetividade 1266
2.10. Princípio da monogamia 1267
3. Casamento 1268
3.1. Definição 1268
3.2. Natureza jurídica 1271
3.3. Caracteres jurídicos 1271
3.4. Finalidades 1272
3.5. Casamento civil e religioso 1272
3.6. Habilitação para o casamento 1273
3.7. Impedimentos matrimoniais 1274
3.8. Celebração do casamento 1280
3.9. Prova do casamento 1282
3.10. Efeitos do casamento 1282
3.11. Regimes de bens 1286
3.12. Extinção do casamento 1292
3.13. Casamento inexistente 1301
3.14. Casamento irregular 1301
3.15. Casamento putativo 1302
4. União estável 1302
5. Parentesco 1309
5.1. Espécies de parentesco 1309
5.2. Graus de parentesco 1311
6. Afinidade 1313
7. Filiação 1315

7.1. Presunção de paternidade 1319
7.2. Prova da maternidade 1321
7.3. Prova pela posse do estado de filho 1321
7.4. Contestação da paternidade 1321
7.5. Impugnação ou desconhecimento da paternidade 1322
7.6. Contestação de maternidade 1322
7.7. Ação de vindicação de estado ou de filiação legítima 1322
7.8. Ação de investigação de paternidade ou de maternidade 1322
7.9. Reconhecimento da paternidade 1323
7.10. Formas de procriação 1324
7.11. Adoção 1326
8. Poder familiar 1330
8.1. Definição 1330
8.2. Consequências do poder familiar quanto à pessoa dos filhos 1330
8.3. Consequências do poder familiar quanto aos bens dos filhos 1333
8.4. Cessação do poder familiar 1333
8.5. Suspensão do poder familiar 1333
8.6. Perda do poder familiar 1334
9. Alienação parental 1334
10. Tutela 1336
10.1. Definição 1336
10.2. Nomeação do tutor 1337
10.3. Espécies de tutela 1337
10.4. Incapacidade para o exercício da tutela 1338
10.5. Pessoas que podem se escusar da tutela 1338
10.6. Exercício da tutela 1339
10.7. Cessação da tutela 1340
10.8. Prestação de contas 1340
11. Curatela 1341
11.1. Definição 1341
11.2. Nomeação do curador 1341
11.3. Prestação de contas 1342
12. Tomada de decisão apoiada 1342
13. Guarda 1345
13.1. Definição 1345
13.2. Titularidade da guarda 1345
13.3. Efeitos da guarda 1349
14. Alimentos 1350
14.1. Definição 1350
14.2. Sujeito ativo e passivo de alimentos 1350
14.3. Prestação de alimentos 1351
15. Ações de família 1355

CAPÍTULO XX
DIREITO DAS SUCESSÕES 1357

1. Introdução 1357
1.1. Definições 1357
1.2. Objeto da sucessão 1360
1.3. Histórico e fundamentos 1360
1.4. Abertura da sucessão 1362
1.5. Capacidade para suceder 1364
1.6. Transmissão ou devolução da herança 1365
2. Sucessão legítima 1371
2.1. Definição e generalidades 1371
2.2. Ordem de vocação hereditária 1373
2.3. Exclusão de herdeiro indigno 1382
3. Sucessão testamentária 1385
3.1. Definição 1385
3.2. Generalidades sobre os testamentos 1385
3.3. Formas de testamento 1389
3.4. Codicilos 1394

STJ00109732

3.5. Disposições testamentárias 1395

3.6. Herdeiros necessários
e herança legítima 1401

3.7. Substituições 1403

3.8. Deserdação 1407

3.9. Legados 1408

3.10. Execução dos testamentos 1411

3.11. Inexecução dos testamentos 1415

4. Liquidação e partilha da herança 1421

4.1. Inventário 1422

4.2. Partilha 1429

Bibliografia *1433*